

Pov

Fonte:

Data:

Tribunal Russel julgará violências contra os indígenas

MEMÉLIA MOREIRA,
da Sucursal de Brasília

A construção de uma variante da BR-364, estrada que liga Cuiabá a Porto Velho, cortando o território da nação nhambiquara que vive no vale do Guaporé e atravessando as aldeias dos vaicésu e alacatesu; a venda das terras dos caingang do Paraná durante o governo de Moisés Lupion; e o contínuo desaparecimento da confederação indígena dos vaimiri-atroaris que vivem em Roraima são três dos relatos de violências que já se encontram em Roterdã, Holanda, para serem julgados simbolicamente pelo Tribunal Russel, que se reúne naquela cidade entre os dias 24 e 29 de novembro.

Diferentes em suas características todos esses casos apresentam um ponto comum: a perda de terra pelas nações indígenas brasileiras e o consequente desaparecimento dos grupos. O tema do Tribunal, "Genocídio e etnocídio das minorias da América", foi esgotado pelos depoimentos que cumpriram as exigências do "projeto indígena", promotor do Tribunal deste ano. Entre as exigências impostas, o projeto indígena solicitava que cada denúncia apresentada fosse acompanhada de documentação e testemunhos.

NHAMBIGUARA

O problema nhambiquara e a redução sofrida por esses povos durante o século 20 já está escolhido como o principal caso a ser julgado, embora todos os outros depoimentos sejam apreciados pelo júri composto de antropólogos e indigenistas do mundo inteiro.

No início do século, por volta de 1907, o marechal Rondon contou os índios. A população nhambiquara na época era de 20 mil índios e eles ocupavam uma área de 5.500 hectares. O território nhambiquara se estendia do noroeste de Mato Grosso ao sul do Território de Rondônia. Já na década de 40, eles foram empregados como mão-de-obra na extração da borracha, cumprindo um convênio entre o extinto Serviço de Proteção aos Índios e a Rubber Development Corporation.

Esses contatos acarretaram uma dizimação dos índios mas ainda não se caracterizava como genocídio. Foi a partir dos anos 60, com a construção da estrada Cuiabá-Porto Velho, que os nhambiquara começaram realmente a desaparecer. Na época da abertura da estrada, poderosos grupos econômicos começaram a se instalar na área indígena, empregando milhares de peões, tratores e herbicidas, entre eles o "tordon", fabricado pela Dow Chemical. Em 1967, o público tomou conhecimento de um pequeno massacre: seis índios foram assassinados na área do rio Atoleiro, propriedade da Colonizadora Sul-Brasil.

METRALHADORAS

Na época do massacre, ramis Bucair, ex-funcionário da Funai, em declarações prestadas à imprensa, afirmou que "o extermínio vinha de longa data, com rajadas de metralhadora". Foi a primeira grande denúncia sobre os Nhambiquara que começa realmente a desaparecer na gestão do general Bandeira de Mello, durante o governo Médici. Na época, a Funai concede dezenas de certidões negativas autorizando grandes empresas a implantarem seus projetos agropecuários. Vinte e duas cer-

tidões foram distribuídas entre as gestões dos generais Bandeira de Mello e Ismarth de Araújo. Essas certidões pertencem às seguintes propriedades: Fazenda Maringá, Fazenda Formiga, e Fazenda Mosquito, de Antenor Duarte Nascente; Fazenda Ouro Verde, de Mário Nomura, Colonizadora Pdronal, de Deodoro de Luca; Fazenda Giro Morimoto, do Deputado Mário Morimoto, Aruanã, de Otávio Ferreira Barbosa; São Domingos, de Hélio Pereira de Moraes; Baguá, de Torres Lincon Rodrigues da Cunha; Fazenda Rio Novo e Fazenda São Miguel (não há informações sobre os proprietários), Guanabara, do grupo Itamarati; Fazenda Guapé, de Ovidio Miranda de Brito; Agropecuária Estrela do Guaporé; Fazenda G. Zambá, do Banco Safra e Rádio Bandeirantes; Agropecuária Vale do Guaporé, de Zillo Lorenzetti; Fazendas Lancia, Rio Vermelho e Piolho, de Edmundo José Rodrigues, Fazenda Conguapé, do Grupo Cofap, propriedade de Abraam Kasinski, Agropecuária Sapé, de Oscar Martinez, Fazenda Fumado Sararé, de Florêncio Bonito e Fazenda Albino Villa.

Para instalar essas empresas no vale do Guaporé, a Funai foi obrigada a transferir os índios para outra região onde, segundo o próprio general Bandeira de Mello, "não cresce nem minhoca". Os índios aos poucos foram voltando e a Funai interditou uma área ao sul do vale. As frequentes transferências favoreceram o contágio de doenças e o desaparecimento de dezenas de índios.

Em 1975, a BR-364 sofre uma alteração no seu traçado, que agora será construído no vale do Guaporé, novamente dentro das terras Nhambiquara. O novo traçado favorece todas as empresas instaladas na região, pois a estrada se limita com essas propriedades, e o 9.º Batalhão de Engenharia e Construção já começou a cascalhar parte da estrada para que ela possa ser usada antes da estação chuvosa. Enquanto isso, os subgrupos alacatesu e Vaicésu, cujas aldeias serão cortadas, não constam mais dos mapas da Funai. Foram apagados e não há informações sobre a futura área desses índios.

CAINGANG

Em janeiro desse ano, morreu o líder Caingang Angelo Cretã num acidente automobilístico ainda não explicado pela Polícia Federal e depois de receber ameaças de morte. Em agosto, outro líder Caingang, Paraguai, sofre um acidente. Continua hospitalizado e a previsão dos médicos é de que ele terá vida vegetativa. Angelo e Paraguai tentavam reconquistar as terras vendidas por Moisés Lupion na década de 40, quando os índios perderam mais de três mil hectares. Essas terras se encontram nas mãos da Madeireira Slaviero Comércio e Indústria e a maior reivindicação dos Caingangs é recuperar os pinheirais. E a terra perdida.

VAIMIRI-ATROARI

Massacrados desde o final do século passado, os vaimiri-atroari são os índios que mais resistem ao contato com a sociedade nacional. Na época da construção da estrada BR-174 (Manaus-Caracará-RR) eles chegaram a formar barreiras impedindo os trabalhos. A reação desses índios contra os contatos se traduziam em forma de massacre, mas a partir de 1974 não houve mais notícias sobre eles.

FSP

12/10/80